

**DISPUTAS EM TORNO DO TEMPO E DA VIDA (OU MORTE) DO TRABALHADOR BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE LAZER, TRABALHO E PANDEMIA**

**Recebido em:** 10/08/2020

**Aprovado em:** 31/08/2020

**Licença:** 

*Bruno Assis de Oliveira<sup>1</sup>*

*Mariana Lopes Custodio<sup>2</sup>*

*Edson Marcelo Hungaro<sup>3</sup>*

Universidade de Brasília (UNB)

Brasília – DF – Brasil

**RESUMO:** Apresentamos nesse artigo uma análise das ações federais durante a pandemia, tais como a MP 927 e 936/2020 e de suas conexões com tendências postas desde a contrarreforma trabalhista de 2017. Identificamos que a pandemia acelera a ofensiva sobre o "tempo livre" dos trabalhadores brasileiros mediante o avanço do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Agregamos a essa análise uma interpretação da crise atual em suas dimensões sanitária, econômica e social com o objetivo de indicar as características assumidas pelo lazer durante a pandemia na perspectiva do (não) direito social, da produção e consumo de bens culturais, do entretenimento e do turismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atividades de Lazer. Pandemia. Trabalho.

**DISPUTES AROUND THE TIME AND LIFE (OR DEATH) OF THE BRAZILIAN WORKER: CONTRIBUTIONS TO A CRITICAL ANALYSIS OF THE RELATIONSHIPS BETWEEN LEISURE, WORK AND PANDEMIC**

**ABSTRACT:** In this article, we present an analysis of federal actions during the pandemic, such as MP 927 and 936/2020 and their connections with trends set since the 2017 Labor Reform. We identified that the pandemic accelerates the offensive on the "free time" of Brazilian workers through the advance of unemployment and precarious working relationships. We add to this analysis an interpretation of the current crisis in its sanitary, economic and social dimensions for the purpose of indicate some characteristics assumed by leisure during the pandemic from the perspective of (non) social rights, the production and consumption of cultural objects, entertainment and of tourism.

<sup>1</sup> Doutorando em Educação Física (UnB) e integrante do Avante - Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte Lazer da UnB. Professor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

<sup>2</sup> Professora de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Doutoranda em Educação Física (UnB) e integrante do Avante/UnB.

<sup>3</sup> Doutor em Educação Física. Professor Associado da Faculdade de Educação Física/FEF da Universidade de Brasília – UnB e coordenador do Avante/UnB.

**KEYWORDS:** Leisure Activities. Pandemic. Work.

## **Introdução**

Consideramos que é indispensável partir da análise dos processos econômicos e seus efeitos sociais para refletirmos sobre a relação lazer e trabalho no contexto da pandemia<sup>4</sup>. O problema teórico-analítico de fundo posto pelo fenômeno reside em explicar e compreender, como na particularidade do lazer se traduz o impacto da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), mesmo neste período de profundas incertezas causado pela pandemia.

O desvelamento do que tem sido o lazer - forma predominante de apropriação do "tempo livre" no capitalismo - pressupõe a investigação dos processos sócio-históricos que determinam a sua produção. Sendo produto da atividade vital do homem enquanto ser social e objetivado nas mesmas condições nas quais se objetiva o trabalho (PEIXOTO, 2011), o estudo do lazer pressupõe a compreensão da particularidade de uma dada sociedade, no movimento das relações complexas e contraditórias que este contexto particular estabelece com o modo como se processa num dado momento histórico a produção universal.

Entendemos que a problematização, inescapavelmente, passa por uma compreensão precisa das dimensões da crise atual. Partindo dessa assertiva, a pandemia nos revela duas questões fundamentais: por um lado, acentua e intensifica as consequências de uma crise que já estava em curso e que é própria dessa forma social e que se expressa, por exemplo, aprofundando as desigualdades econômicas e sociais, desumanizando a sociabilidade, precarizando as relações de trabalho, aprofundando o desemprego, etc. Por outro, do ponto de vista da análise teórica, assistimos a “imposição

---

<sup>4</sup> Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, sinalizando o mais alto nível de alerta de uma emergência de saúde pública (WHO, 2020).

da realidade”, contrariando preceitos de concepções idealistas e pós-modernas que desconsideram a perspectiva da totalidade social. Em outras palavras, em última instância, a economia política e sua crítica, conforme elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels e seus desenvolvimentos posteriores, que tem como eixo a análise detida dos limites do trabalho sob essa forma social, é indispensável. A conexão entre destruição ambiental e miséria social que levou aos primeiros casos de coronavírus completa o quadro mais geral que nos colocou diante dessa tragédia global perfeitamente evitável (DOBSON et al., 2020).

Tomando de empréstimo a indagação de Fontes (2010) sobre a crise estrutural do capital, é possível extrair a seguinte formulação: a crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus é o ponto de partida que, aprofundando ainda mais as desigualdades, tornou possível acelerar e expandir o caráter destrutivo das relações sociais de produção capitalistas. Para legitimar esse projeto, um conjunto ideológico que se difundiu sob a designação de neoliberalismo investe sob “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo<sup>5</sup> como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2001, p.77).

Sobre a organização do artigo, iniciamos com uma caracterização da crise sanitária, destoando daquelas concepções que percebem a possibilidade de uma mudança de curso no desenvolvimento do capitalismo como produto imediato e “natural” da pandemia. Pelo contrário, destacamos que desde o último quarto do século XX foram operadas profundas transformações no “mundo do trabalho” e nas formas de resposta à

---

<sup>5</sup> De acordo com Netto (2001), o Estado mínimo é concebido para responder a duas funções: 1) Prover uma estrutura para o mercado 2) Prover serviços que o mercado não pode fornecer. Netto afirma que os teóricos neoliberais não “vêm com maus olhos” os mecanismos reguladores e nem acreditam no “livre mercado”, o seu ataque está voltado para despolitização das relações sociais, é “concepção ideal do pensamento antidemocrático”.

“questão social” e que, no marco da busca pelo *crescimento das taxas de lucro* desencadearam uma sucessão de outras crises (social, ambiental, financeira, etc.). Esse processo se desenvolve ao longo das décadas seguintes, culminando numa nova crise em 2008, que elevou o patamar de exploração dos trabalhadores pelo mundo, agora impulsionados por uma tendência para a *disponibilidade perpétua para o labor*, produto do “encontro” entre indústria e serviços por intermédio das TICs.

A seguir, nos debruçamos sobre os efeitos dessa crise no contexto brasileiro, sobretudo, naquilo que envolve o avanço da precarização das relações de trabalho a partir de 2014. É somente a partir desse momento que nos voltamos mais detidamente para os efeitos da pandemia no país. É com a investigação do rebaixamento das condições de vida, consequência da imensa precarização das relações de trabalho, agora avançando em ritmo vertiginoso e da ampliação do nível de desemprego, somadas ao ataque sobre as políticas sociais, que julgamos possível compreender o lazer no contexto da pandemia, marcado pela tendência de conversão de todo o tempo de vida do trabalhador em tempo de trabalho. É essa articulação que resultará na tragédia social contemporânea: uma disputa em torno do tempo e da vida (ou morte real) do trabalhador.

Por fim, identificamos como a pandemia consolida algo que também já estava em curso: o lazer como um não direito. Seja pela máxima flexibilidade do trabalho que corrói o lazer, seja pelo desemprego em massa ou pelo alcance limitado - quando há - de políticas públicas para o setor. Encerramos o texto apresentando um conjunto de considerações para o desenvolvimento dos estudos do lazer em tempos tão sombrios.

## **Perspectivas do Trabalho no Século XXI: A Tendência à Disponibilidade Perpétua para o Labor**

Trabalhem dia e noite. Trabalhando, fazem crescer a própria miséria e a sua miséria nos dispensa de impor-lhes a força da lei. A imposição legal do trabalho dá muito trabalho, exige muita violência e faz muito barulho; **a fome,**

**pelo contrário, não é apenas uma pressão pacífica, silenciosa e incessante,** mas também o móvel mais natural do trabalho e da indústria e provoca efeitos mais poderosos (LAFARGUE, 1999, p.34, *grifos nossos*).

O cenário é a França no século XIX. Queda nos salários, jornadas de trabalho de doze horas, repressão às greves, guerras coloniais para a conquista de novos mercados, etc. Em 1880 no panfleto “*O Direito à Preguiça*”, a análise de Paul Lafargue era uma crítica à ideologia da exaltação ao trabalho, mais especificamente, o trabalho na economia capitalista.

Como nos demonstra o arqueólogo Gordon Childe (1978), há muito tempo a guerra e a fome são, igualmente, agentes potenciais para o “recrutamento” de homens e mulheres. Por um lado, a guerra permitia que, em troca de sua vida, se vissem obrigados a trabalhar. Por outro, os membros mais fragilizados de uma comunidade podiam ceder seus “serviços” aos mais poderosos, em troca de comida ou abrigo.

Sem que tenha havido guerra em sentido estrito, o Brasil de 2020 está voltando ao Mapa da Fome de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Segundo os indicadores sociais (SIS) do IBGE, entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%. Já os extremamente pobres, que vivem com menos de R\$ 140 mensais, segundo a definição do Banco Mundial, saltaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017 (CÂMARA, 2020).

Em razão da pandemia acompanhamos o agravamento dessa situação. Segundo o Banco Mundial (VALOR, 2020), estima-se que cerca de 5,4 milhões de pessoas passem para a extrema pobreza. O total chegaria a quase 14,7 milhões até o fim de 2020, o que significaria que 7% da população mundial passariam a viver com menos US\$ 1,90 por dia. Corroborando com esses indicadores, num relatório publicado pela Oxfam, o Brasil aparece como “*epicentro emergente da fome extrema*” (DEUTSCHE WELLE, 2020), situação que se agrava desde 2019 com o desmantelamento de políticas públicas

destinadas ao combate da pobreza, como por exemplo, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Vimos que tanto no passado como no presente a fome é uma constante. Porém, devemos destacar que sob o modo de produção capitalista sua ocorrência se dá nos marcos da *superprodução de valores de uso*, muito diferente do que ocorria em outros períodos históricos. Isso significa que não há insuficiência na produção de bens ou carência de valores de uso - de insumos básicos, como alimentos, roupas ou medicamentos -, mas é resultante da contradição essencial da dinâmica capitalista, a que opõe a concentração da propriedade à socialização expandida da produção. Em outros termos, o trabalhador assalariado cria a riqueza social na mesma medida em que cria a sua miséria individual.

Para avançar no caso brasileiro, os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos<sup>6</sup> (DIEESE) indicam que o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta, em julho de 2020, foi de 98 horas e 13 minutos. Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, na média, 48,26% do salário mínimo líquido para comprar os alimentos básicos para 1 (uma) pessoa adulta.

Outro efeito, conforme Braz e Netto (2007), da especificidade da crise estrutural é o desemprego generalizado. Segundo os dados do relatório “*World Employment and Social Outlook – Trends 2020*”<sup>7</sup>, os efeitos da crise global são marcados pelas altas taxas de desemprego e de aumento de vulnerabilidade crônica dos empregos. Em 2019 o número de desempregados atingiu 188 milhões de pessoas no mundo, 165 milhões com emprego mal remunerado e 120 milhões sem acesso ao mercado de trabalho, sendo previsto um crescente aumento no desemprego global de cerca de 2,5 milhões em 2020.

---

<sup>6</sup> Designam o conjunto de alimentos básicos, necessários para as refeições de uma pessoa adulta (conforme Decreto-lei 399/38) durante um mês.

<sup>7</sup> O relatório global da Organização Mundial do Trabalho (OIT) sobre emprego e as tendências sociais foi publicado em janeiro de 2020.

O relatório destaca ainda o número impressionante de jovens, 267 milhões, entre os 15 e os 24 anos, que não trabalham nem estudam ou estão em formação. No Brasil, a taxa de desemprego está em elevação desde 2013, quando registrava 6% da população economicamente ativa, avançando para 11,9% no primeiro trimestre de 2020 - 12,9 milhões de trabalhadores desempregados (desocupados), 4,8 milhões de desalentados - e atingindo 24,4% de taxa de subutilização! (IBGE, 2020).

O empobrecimento, a miséria e o desemprego crescentes são as manifestações mais explícitas de uma profunda crise imanente ao próprio capital e de seu processo de valorização, que se arrasta desde a década de 1970. Conforme Antunes (2002), sob a denominada crise do fordismo, simultânea à crise do modelo de regulação keynesiano se expressava um quadro crítico mais complexo. A tendência decrescente da taxa de lucro ocultada durante os anos do pós-guerra, passava a se revelar desde então tanto no sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias (a obsolescência programada), quanto na incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital, gerando uma sucessão de crises que repõem em patamares superiores os limites da acumulação capitalista.

Longe de apontar para uma derrocada “natural” de todo sistema, essa tendência produziu a necessidade de reorganização em bases mais “racionais” - na perspectiva dos interesses do capital, é claro, sobretudo de caráter “intra-empresa” - e que se traduzem no aumento da exploração do trabalho. Decorrem também processos de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes no contexto brasileiro foram a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Cabe pontuar os impactos sobre o padrão de respostas para a “questão social”<sup>8</sup>, como o crescimento do chamado

---

<sup>8</sup> cf. MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

“terceiro setor”, o desenvolvimento de políticas focalistas etc. Conforme Netto e Braz (2007, p. 214), essa estratégia articulada de “restauração do capital” pode ser sintetizada sobre o seguinte tripé: a ideologia ou ofensiva neoliberal, a financeirização e a reestruturação produtiva<sup>9</sup>.

Interessante análise que corrobora a compreensão desse processo é sugerida por Alves (2011, p. 40). Impulsionado pela mundialização do capital constitui-se um “novo” complexo de reestruturação produtiva. Busca-se instaurar um “novo”<sup>10</sup> padrão de acumulação capitalista em escala planetária e que se impõe rapidamente às corporações transnacionais no contexto de crise capitalista na década de 1970. Pressupondo um todo orgânico, o “novo” complexo de reestruturação produtiva pode ser dividido entre “inovações exteriores” e “interiores” a produção capitalista. Quanto às inovações “exteriores”, conformando o novo bloco histórico estão a macroeconomia neoliberal e o mercado mundial, as formas do Estado neoliberal e a chamada pós-modernidade. No que se refere às “inovações interiores”, temos: 1) Inovações tecnológicas (nova base técnica da sociedade em rede e a revolução das redes informacionais); 2) Inovações organizacionais (toyotismo<sup>11</sup> e o novo modelo de gestão do trabalho vivo) e; 3) Inovações sociometabólicas (nexos ideológicos do novo produtivismo e a “captura” da subjetividade do trabalho).

O resultado dessas transformações que irão atravessar o século XX chegando até as primeiras décadas do XXI podem ser resumidas na aceleração da tendência apontada

---

<sup>9</sup> Dedicamo-nos a esse conjunto de problemas com profundidade em outro estudo (OLIVEIRA, 2016).

<sup>10</sup> Destacamos o caráter “novo” associado ao complexo de reestruturação produtiva com o propósito de especificarmos o processo desencadeado no último quartel do século 20. Porém, reconhecemos como importante característica do modo de produção capitalista desde a sua gênese a reiterada reestruturação dos processos e produtos.

<sup>11</sup> Adequado à nova base técnica da produção capitalista, o toyotismo corresponde ao “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital. Originado nos anos 1950, no Japão do pós-guerra, o Sistema Toyota de Produção ou modelo japonês alcançou a condição de valor universal a partir dos anos 1980, na forma de *lean production* (produção enxuta). Em seu desenvolvimento complexo, articula-se com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o taylorismo-fordismo) e adapta-se às particularidades nacionais.



por Marx (2013) de substituição do trabalho vivo (massa de homens e mulheres que trabalham) pelo trabalho morto (atualmente na forma do maquinário tecnológico-científico-informacional). É reafirmada também a tendência ao rebaixamento dos salários para além do valor da força de trabalho sob a pressão, como veremos a seguir, do cada vez mais amplo e complexo exército industrial de reserva.

Sem abandonar as determinações gerais do trabalho no capitalismo, pelo contrário, acompanhamos nas últimas décadas o advento e expansão de um *novo proletariado da era digital* (ANTUNES, 2018). Oscilando entre intermitência e constância, distintas modalidades de trabalho são impulsionadas pelas TICs<sup>12</sup>. Conforme Antunes (2018, p.30, grifo do autor), “em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do **novo proletariado de serviços**, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital”.

Seja intensificando os níveis de precarização e informalidade ou se direcionando à “intelectualização” do trabalho, é um processo que objetiva a ampliação das possibilidades de valorização do capital<sup>13</sup>. O trabalho excedente é incrementado por bolsões de trabalhadores “descartáveis”, subempregados e desempregados, produto da tendência à retração das relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade.

O que está em jogo, apesar das particularidades, é a imposição da “disponibilidade perpétua para o labor” (ANTUNES, 2018, p. 34). As formas de implementação dessa “escravidão digital” pelo mundo são múltiplas: zero hour contract (no Brasil, contrato intermitente), uberização, voucher, recibos verdes etc. O elemento facilitador é a expansão do trabalho on-line e dos “aplicativos” que tornam invisíveis as grandes

---

<sup>12</sup> Tecnologias da informação e da comunicação. A incorporação das TICs é fornecedora de maior potencialidade intelectual ao trabalho social que efetivamente agrega valor.

<sup>13</sup> “Como o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretabalho, com expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional.” (ANTUNES, 2018, p. 33).

corporações. A ameaça da precariedade impõe a “alternativa” entre o desemprego completo e a disponibilidade para obter o privilégio da servidão.

Com cada vez menos pessoas trabalhando com direitos, se destacam os uberizados, a pejotização, os trabalhadores do care, os frilas fixos, o teletrabalho ou home office etc. Frequentemente essas formas são sustentadas ainda pela ideologia do empreendedorismo. No entanto, os intitulados “empreendedores”, não são mais que um misto de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo, dispondo de sua força de trabalho sob o mito do trabalho autônomo. Possuidor ou locatário de parte de seus meios de trabalho esses trabalhadores assumem todos os riscos da atividade, sem que as grandes corporações predadoras/empregadoras desses serviços, repassem sequer infimamente seus lucros, assumam despesas como as de manutenção ou assegure direitos elementares.

No boletim sobre os primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho (DIEESE, 2020b), chama a nossa atenção a denominada “ocupação” de entregador de mercadorias. Estimados em torno de 646 mil pessoas no Brasil, dos quais 94% são homens e 62% negros com rendimento médio efetivo em maio de R\$ 1.142, atendem os mais diversos estabelecimentos - restaurantes, farmácias, lojas, supermercados, etc. —, através de aplicativos como o *Uber Eats*, *iFood*, *Rappi*, etc.

É sintomático o slogan adotado por um aplicativo de entregas de comida: “A sua fome de crescer tá no iFood”. A perversidade aqui é dupla. Por um lado, a força de trabalho é recrutada pela pressão pacífica e silenciosa da necessidade: a fome! Por outro, pelo envolvimento subjetivo, através da ideologia do empreendedorismo que reitera *ad nauseam* “seja o seu próprio patrão”.

Mesmo recorrendo a formas cada vez mais complexas e “sedutoras” para a superexploração da força de trabalho e ao maquinário tecnológico-científico-informacional, o capital segue incapaz de reverter a tendência de queda da taxa de lucro

presente desde a década de 1970 e que atinge, em fins dos anos 1990, características de uma longa depressão<sup>14</sup>. Desde então o capitalismo tem se mostrado um “capitalismo das bolhas”, numa sucessão de crises financeiras e outras ainda mais abrangentes, que impactam até mesmo a geopolítica mundial, possibilitando as condições para o questionamento do “consenso neoliberal”.

A crise de 2008 escancarou os limites daquele “modelo de desenvolvimento”. Desencadeada ainda em julho de 2007 pela crise do *subprime*<sup>15</sup>, levou a “queima” de mais de cinco trilhões de dólares pelos Bancos Centrais dos EUA e União Europeia. De acordo com Alves (2018), esse assalto ao fundo público foi:

produto da necessidade de o capital financeiro *reanimar-se* e demonstrar sua força hegemônica elevando o patamar de barbárie histórica (a barbárie social). A voracidade da ofensiva neoliberal na década de 2010 explica-se, por um lado, pelo caráter *ressentido* do capital financeiro hegemônico em *repor* as condições de acumulação do capital predominantemente financeirizado; e por outro lado, pelo *reordenamento* da hegemonia dos EUA nos polos de influência norte americana (União Europeia e América do Sul) tendo em vista as novas condições de enfrentamento geopolítico com Rússia e China (ALVES, 2018, p. 93).

Ignorar os elementos apontados até aqui é desconsiderar o que consideramos os principais determinantes do lazer contemporâneo. Apresentamos a seguir parte do projeto que possibilitou adoção de profundas e recentes transformações no “mundo do trabalho” no contexto brasileiro e que nos conduziu a tragédia atual em suas múltiplas dimensões.

---

<sup>14</sup> Remetemos aqui aos instigantes estudos do economista marxista inglês Michael Roberts (2020), particularmente o artigo “A world rate of profit a new approach”.

<sup>15</sup> Conforme Alves (2018), os *subprimes* incluíam de empréstimos hipotecários até cartões de crédito e aluguel de carros. Eram concedidos nos EUA a clientes sem comprovação de renda e com mal histórico de crédito. Essas dívidas eram honradas apenas mediante sucessivas “rolagens”, o que foi possível enquanto o preço dos imóveis permaneceu em alta. Essa valorização contínua permitia aos mutuários obter novos empréstimos, sempre maiores, para a liquidação dos anteriores, em atraso, dando o mesmo imóvel como garantia. As taxas de juros eram determinadas no momento do pagamento das dívidas. Quando os juros dispararam nos EUA, com a consequente queda no preço dos imóveis, houve inadimplência em massa. Diante da falta de liquidez dos bancos que concederam os empréstimos, foi arquitetada uma estratégia de securitização desses créditos. Para diluir o risco dessas operações duvidosas os bancos credores transformaram essa massa reunida em derivativos negociáveis no mercado financeiro internacional, com aval das agências internacionais de avaliação de risco, cujo valor era cinco vezes superior ao das dívidas originais. Foi a venda e compra desses títulos “podres” que provocou o alastramento da crise dos EUA para os principais bancos do mundo.

## **Brasil - Uma Tragédia Anunciada Muito antes da Pandemia: As Disputas em Torno do Tempo e da Vida (ou Morte Real) do Trabalhador**

No contexto brasileiro, os efeitos dessa crise ficaram mais perceptíveis no início da segunda década deste século<sup>16</sup>, com destaque para os anos de recessão entre 2015-2016. Decorre desse período uma escalada na retirada dos direitos dos trabalhadores brasileiros, sob a constante promessa de algo que jamais os sucessivos governos puderam entregar: criação de postos de trabalho, geração de renda e desenvolvimento econômico.

Ainda em 30 de dezembro de 2014, Dilma Rousseff editou as MPs 664 e 665 (convertidas nas leis 13.134 e 13.135/2015) que operavam uma “mini-reforma” do sistema de seguridade social, estabelecendo regras que dificultaram o acesso dos trabalhadores brasileiros aos benefícios de seguro-desemprego, abono salarial, seguro defeso, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão.

Após o impeachment (2016), sob o governo de Michel Temer, a ofensiva seguiu a passos largos. Destacamos do período: 1) a Emenda Constitucional 95 (EC 95), que estabeleceu um teto para os “gastos sociais” e investimentos por 20 anos, mas não para as despesas ligadas a dívida pública<sup>17</sup>; 2) o ataque a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

Essa contrarreforma estabeleceu a prevalência do negociado sobre o legislado, inclusive quanto a matérias relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores, consideradas pela jurisprudência, até então, o “patamar mínimo civilizatório”. São exemplos: a duração da jornada, intervalos e descansos remunerados. Flexibilizou as

---

<sup>16</sup> Há todo um debate sobre os efeitos dessa crise no contexto brasileiro desde o próprio ano de 2008, mas que passa pela “recuperação” orientada pelo preço de mercado das chamadas *commodities* e pelas políticas anticíclicas durante o governo Lula e, posteriormente, Dilma Rousseff. São exemplos a desoneração fiscal e os investimentos públicos em obras de infraestrutura - envolvendo obras voltadas a dois megaeventos: Copa do Mundo e Olimpíada -, e que culminarão nas mobilizações de junho de 2013. Tais problemas extrapolam o recorte e os objetivos do presente artigo.

<sup>17</sup> Deixemos para outro momento do artigo as implicações da EC 95 sobre os direitos sociais.

regras quanto ao tempo de deslocamento (*in itinere*), o trabalho em regime de tempo parcial e o gozo de feriados. Ampliou as hipóteses de adoção do banco de horas, teletrabalho (sem controle de jornada), criou a modalidade do contrato de trabalho intermitente, pelo qual os trabalhadores são remunerados exclusivamente pelas horas trabalhadas, além de viabilizar a terceirização e quarteirização irrestritas.

As medidas citadas estabeleceram uma significativa alteração na forma como os trabalhadores “dispõem de seu tempo”. Além de debilitar imediatamente sua capacidade de organização coletiva (o poder de negociação coletiva das organizações sindicais<sup>18</sup>), como tendências são implodidas as fronteiras entre casa e trabalho - entre tempo de vida e tempo de trabalho (ex: teletrabalho e banco de horas) -, dissipando as possibilidades de fruição de um "tempo livre" de final de dia (delimitação temporal e espacial da jornada de trabalho), de um "tempo livre" de final de semana, feriados e as férias. No caso dos trabalhadores mais precarizados e submetidos a maior rotatividade (como é o caso dos trabalhadores terceirizados e intermitentes), a ausência de contribuição previdenciária fragilizou enormemente a perspectiva de um "tempo livre" de final de vida (aposentadoria).

No ano de 2019 tem início o governo de Jair Bolsonaro. É eleito “contra o sistema”, embora com uma trajetória de sucessivas demonstrações de caráter protofascista e ultraliberal (FONTES, 2020). “Inova” com o alinhamento automático aos interesses do imperialismo estadunidense, mas sem abdicar do processo de destruição da indústria nacional e reprimarização da economia que estava em curso desde governos anteriores (GODEIRO e SOARES, 2016).

A falsa dicotomia “empregos ou direitos” com a qual foi eleito, ganhou rapidamente contornos práticos. O ponto alto dessa trajetória representou a “pá-de-cal”

---

<sup>18</sup> Cabe registrar que a contrarreforma adotou um conjunto bem amplo de medidas que atingiram as entidades sindicais, mas que não poderão ser abordadas nesse texto.

na expectativa de aposentadoria de milhões de trabalhadores brasileiros, o fim do sonho de um "tempo livre" de final de vida: a promulgação da contrarreforma da previdência (2019). Tal medida implicou no aumento progressivo da idade mínima para 65 anos homens e 62 anos mulheres, além do rebaixamento dos valores de benefícios em razão da alteração na forma de cálculo. Não é demais lembrar que o projeto inicial envolvia ainda a capitalização. Ainda insatisfeito com os efeitos nefastos da contrarreforma trabalhista, Jair Bolsonaro editou a MP 905: o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”. Tal medida previa significativo rebaixamento das garantias legais do contrato de trabalho, como vimos, já bastante rebaixadas. A MP 905 foi revogada pela MP 955 em uma estratégia jurídica que viabilizou também sua futura reapresentação. Por fim, houve o anúncio do “Plano Mais Brasil” com a PEC do Pacto Federativo e a PEC dos Fundos Públicos, “reação preventiva” às consequências de um cada vez mais provável novo choque cíclico na economia global (ROBERTS, 2020a). Mas, no meio do caminho havia uma pandemia...

O que para os mais otimistas poderia representar um freio às pretensões governamentais produziu uma aceleração da ofensiva, algo que pode muito bem ser resumido na consigna “nem emprego, nem vida!”. Numa situação excepcional que demandaria planejamento centralizado - por exemplo, que possibilitasse o distanciamento social, recorrendo a iniciativas de habitação emergencial, isenção de taxas de água, energia, garantia de emprego e renda, reconversão da produção industrial para a fabricação de EPI's, álcool em gel, respiradores, leitos de UTI, etc. -, nos deparamos com um governo central e uma bancada fiel “negacionistas”<sup>19</sup>.

O alcance dessa barbárie ainda levará muito tempo para ser dimensionado. Nesse momento, o máximo que podemos afirmar é que já somamos mais de 100 mil vidas

---

<sup>19</sup> A análise dos poderes locais caberia apenas numa investigação à parte.

ceifadas, 3 milhões de brasileiros contaminados e um impacto socioeconômico categórico que reúne a perda de 1,2 milhão de empregos com carteira assinada no 1º semestre de 2020 (UOL, 2020) e quase 9 milhões de novos desempregados só no 2o trimestre. Soma-se a esse fato uma série de trabalhadores que foram covardemente expostos em suas atividades, como os trabalhadores dos frigoríficos (MOTA, 2020), ou impedidos de suspender suas atividades sem que fossem essenciais, como os trabalhadores da construção civil e temos o pano de fundo desse *genocídio brasileiro*.

Por mais absurdo que pareça, esse contexto foi visto como a oportunidade para “passar a boiada”<sup>20</sup>. O marco legislativo dessa “nova” ofensiva foi o Decreto de calamidade pública. Daqui por diante vamos nos concentrar numa sequência de Medidas Provisórias que reafirmam os elementos mais nefastos da contrarreforma trabalhista e que são, portanto, muito anteriores à pandemia, mas que assumem um ritmo vertiginoso de execução a partir dela, além de incorporar novos aspectos. Em síntese, se é possível extrair um espírito geral das MPs 927 e 936 é o impulso ainda maior para o negociado sobrepor ao legislado, reafirmando em patamares ainda piores a lógica estabelecida desde a contrarreforma trabalhista.

A MP 927 visava, supostamente, estabelecer medidas trabalhistas para o enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia. Facilitou a adoção pelos empregadores do regime de teletrabalho com a antecedência mínima de 48h, sendo que antes eram 15 dias; estabeleceu um prazo de 30 dias para que o empregador viabilizasse os equipamentos, no entanto, colocando o trabalhador imediatamente à disposição; definiu que o tempo de uso de aplicativos não é considerado tempo de prontidão ou sobreaviso sendo, portanto, sem remuneração. Sem sombra de dúvidas, as mulheres são

---

<sup>20</sup> Fazemos referência a fala proferida em reunião ministerial de 22 de maio pelo ministro Ricardo Salles. A pandemia representava a “oportunidade” para “passar a boiada”, expressão surpreendentemente (ou não) sincera para designar desregulamentação de políticas preservacionistas, evidente impulso a grileiros, desmatadores e madeireiras.

as mais impactadas, considerando estarem historicamente submetidas a dupla e tripla jornada (trabalho doméstico e cuidado com os filhos, especialmente diante da impossibilidade de reabertura das escolas e o forte impulso da educação à distância em todos os níveis de ensino). Embora tenha perdido a eficácia, os acordos firmados foram preservados, impactando, como vimos anteriormente de diferentes modos, a expectativa de "tempo livre" dos trabalhadores.

A MP ainda permitiu a antecipação de férias individuais e adoção de férias coletivas a critério do empregador. Isso representou que muitos trabalhadores gozaram suas férias adquiridas à revelia durante os primeiros meses da pandemia. Além disso, a Medida previu a hipótese de antecipação de períodos futuros de férias mediante acordo individual, o que pode ter colocado, especialmente, os trabalhadores do grupo de risco em situação prejudicial. Significa que, mantido o vínculo de emprego, muitos permanecerão anos sem a possibilidade de gozar efetivamente suas férias. Aqui temos de forma muito mais perversa um verdadeiro assalto ao que chamamos de "tempo livre" de final de ano. A antecipação de feriados é outra face da mesma moeda. Para ficar apenas num exemplo, os servidores municipais de São Paulo tiveram praticamente todos os feriados do ano antecipados nos primeiros meses da pandemia. O impacto econômico para diversos setores, como o turismo, tende a ser significativo. Retomaremos esse ponto mais adiante. Ainda pior prometem ser as implicações sobre a saúde mental em geral, uma vez que parece haver um aumento da intensidade do trabalho com vistas à elevação da produtividade - espécie de "compensação" pela eliminação dos tempos de deslocamento e por estar na "comodidade" da casa - e a tendência à subnotificação de depressão, síndrome de *burnout* e assédio moral (CUT, 2020). Esses são aspectos que certamente merecerão estudos específicos futuramente.



Para tratarmos da MP 936 é preciso fazer um paralelo com a forma como esta foi anunciada pelo governo. O artigo 18 da MP 927 previa a hipótese de suspensão contratual por quatro meses. Isso mesmo! O governo cogitou deixar milhões de trabalhadores sem nenhuma renda que pudesse viabilizar sua sobrevivência. A reação foi imediata e levou o governo a um recuo, com a revogação do artigo pela MP 928 e a adoção do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, previsto pela MP 936, convertida na Lei 14.040, de 06 de julho de 2020.

O Programa contempla a suspensão dos contratos de trabalho ou a redução da jornada com redução dos salários em 25%, 50% ou 75%, em algumas hipóteses, mediante acordo individual, o que teve a constitucionalidade questionada junto ao Supremo Tribunal Federal.

É preciso anotar que a promessa de manutenção de emprego e renda não passa de um enunciado contraditado pela própria MP. A propalada estabilidade no emprego é extremamente frágil. Por um lado, atinge exclusivamente os trabalhadores que sofreram suspensão do contrato ou redução das jornadas e salários. Por outro, o trabalhador que teve o contrato suspenso ou a jornada reduzida por 30 dias, por exemplo, teria a garantia de emprego por igual período, o que pode ser facilmente indenizado pelo empregador e reverter em mais desemprego. Com relação a renda, os trabalhadores invariavelmente sofreram prejuízos, já que a remuneração se baseia nos valores de seguro desemprego (de R\$1045 a R\$ 1.813,03). Os trabalhadores vinculados a empresas com faturamento anual de até R\$4,8 milhões de reais fazem jus a um benefício no valor do seguro desemprego. Aqueles vinculados a empresas com faturamento anual superior recebem o valor do seguro desemprego pago pelo Estado e a complementação em 30% dos valores realizados pelas empresas. Os trabalhadores contratados em regime de trabalho intermitente fazem jus ao Auxílio Emergencial mensal no valor de R\$ 600,00, pelo período de três meses.

Segundo o DIEESE (2020) a taxa de reposição dos salários só é integral para o salário mínimo, ficando entre 90% e 70% para até três salários mínimos. O trabalhador que recebe R\$1500,00, por exemplo, experimentaria perdas salariais de 5% a 14%. A perda de rendimento se acentua, no caso dos salários que superam os R\$ 2.666,00. Ocorre ainda que, quanto maior o faturamento da empresa maior é também a taxa de reposição<sup>21</sup>. Ou seja, trabalhadores em empresas menores são os que mais perdem renda no caso da suspensão de contrato.

O Auxílio Emergencial, que levou milhões a se exporem nas filas da Caixa Econômica Federal também teve uma trajetória de desencontros. Foi anunciado com o valor de R\$200,00, porém, foi ampliada para R\$600,00. Um valor que deveria ser denunciado, considerando que é impossível uma família sobreviver com dignidade com esse valor e mesmo se levarmos em conta o salário mínimo atual de R\$ 1045,00<sup>22</sup>, mas que foi celebrado por todos os espectros da política parlamentar.

Essa MP trouxe ainda outras implicações específicas sobre os profissionais ligados ao lazer, historicamente marcados pela precarização. O auxílio de caráter emergencial, ou seja, imprescindível, foi vetado para artistas, agentes e guias de turismo, profissionais autônomos de educação física, trabalhadores dos esportes, expositores etc. Parte foi revista pela Lei Aldir Blanc apenas no mês de julho, ou seja, quase 4 meses após a chegada da pandemia no país. Ainda durante o mês de agosto tramita o auxílio aos atletas, professores de educação física, árbitros, etc. (NEGRÃO, 2020).

---

<sup>21</sup> A MP divide as empresas em dois grupos de acordo com o faturamento anual: acima de 4,8 milhões e abaixo desse valor.

<sup>22</sup> Se considerarmos o cálculo do DIEESE que leva em conta as necessidades vitais básicas dos trabalhadores e de sua família – que incluem moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, conforme consta na Constituição de 1988 -, esse valor deveria ser de R\$ 4.420,11 no mês de julho de 2020 (DIEESE, 2020a), ou seja, mais de 7 vezes o valor do Auxílio Emergencial.

Embora seja necessária uma análise detalhada sobre as medidas que impactaram o funcionalismo, remetemos apenas a um elemento. A PEC 10, conhecida como PEC do “Orçamento de Guerra”, previa o confisco de parte do salário dos servidores da União, dos estados e municípios. Com a proposta inicial o governo pretendia reduzir 30% da remuneração total dos que excedem R\$ 10 mil, com validade até o final de 2024. Embora esse trecho não tenha sido aprovado, outro de enorme repercussão para o fundo público passou: a possibilidade de compra de títulos podres pelo Banco Central. Por esse mecanismo, poderão ser gastos trilhões na compra de papéis podres dos bancos e, em seguida, “socializar” os custos na forma de mais dívida pública ilegítima e ilegal (AUDITORIA CIDADÃ, 2020).

Em síntese, está em curso um conjunto de ataques contra as condições de vida dos trabalhadores e da população pobre desse país. Para não pairar dúvidas, basta lembrar que, enquanto nos aproximávamos dos 100 mil mortos e 55 milhões de brasileiros, ou seja, cerca de ¼ da população brasileira dependendo para sua sobrevivência do Auxílio Emergencial<sup>23</sup>, o ministro da Fazenda Paulo Guedes anunciou uma contrarreforma tributária e um plano de privatizações.

Embora todo esse embate se dê sob trincheiras ainda veladas, considerando que as ruas permanecem quase totalmente vazias dos setores mais avançados da nossa classe em luta - retomaremos esse ponto nas considerações finais -, é muito fácil perceber quem tem muito a comemorar. Nada resume melhor o atual momento em que flertamos com a barbárie social do que a informação de que os super-ricos chegaram a elevar seu patrimônio durante a pandemia em US\$ 34 bilhões de dólares, alcançando a cifra total de US\$ 157,1 bilhões (cerca de R\$ 839,4 bilhões) (G1, 2020).

---

<sup>23</sup> Esses números ajudam a entender o crescente impulso para trabalhos cada vez mais precários e ideologicamente identificados com o empreendedorismo.

## **O Lazer Durante a Pandemia: A Flexibilidade do Trabalho que Corrói o Lazer**

A tragédia socioeconômica brasileira que se revela ao mundo durante a pandemia parece acompanhar os trabalhadores do lazer há muito mais tempo. Seja pela exaltação do trabalho voluntário, da informalidade, do alcance das ONGs e fundações do chamado “terceiro setor”, da ideologia do empreendedorismo nas “fabriquetas do lazer”, a produção e consumo de bens e serviços de lazer jamais dispensou a precarização das relações de trabalho.

Presente nos espetáculos de teatro, exposições, cinemas, shows (sejam turnês nacionais ou internacionais), festivais de música – em que chegaram a situações análogas ao trabalho escravo (IG, 2020) –, eventos esportivos (regulares ou megaeventos), turismo, festas tradicionais, bares e um longo etc., não é difícil encontrar formas de trabalho incompatíveis com a perspectiva da vida humana com dignidade. Arriscamos afirmar, ainda que carente de “dados empíricos” embora guiados pela observação da realidade, que em torno de pequenas ilhas de trabalho formal, operavam desde muito antes da pandemia “oceanos” de relações de trabalho precarizadas.

Em outros termos, o que para alguns supostamente era diversão, descanso e divertimento - para ficar nos 3 D's de Joffre Dumazedier -, já pressupunha a terceirização, o trabalho intermitente, o trabalho não remunerado (voluntário ou não pago mesmo) ou remunerado muito abaixo do valor da força de trabalho, análogo ao escravo, o trabalho infantil, a exploração sexual (UOL, 2020b) - muito presente no caso do turismo -, atravessado pelas opressões de gênero, racial ou orientação sexual, etc. Basta pensarmos nas atividades “paralelas” que envolvem algumas daquelas manifestações de lazer. É ilustrativo o caso dos vendedores ambulantes que disputam esses eventos (carrinhos de bebida e comida) e que tentam garantir a sobrevivência à margem, embora o problema também se manifeste numa forma mais ligada à ideologia “empreendedora-

gourmetizada”, como no caso dos *Food Trucks*. O que tende a ocorrer em decorrência da pandemia é a piora nas condições de vida dos trabalhadores desse setor.

Para exemplificar esse quadro, recorremos novamente ao boletim publicado pelo DIEESE (2020b) sobre a perda de rendimentos neste período de pandemia que, a primeira vista, revela que os serviços, o comércio e construção e os trabalhadores informais<sup>24</sup>, inclusive os ocupados em serviços considerados essenciais, como os entregadores, os trabalhadores da saúde e da limpeza, tiveram prejuízos expressivos em seus rendimentos. Em termos percentuais: “cabeleireiro, manicure e afins (58%), vendedor ambulante - feirante, camelô, comerciante de rua, quiosque (49%), Artesão, costureiro e sapateiro (40%) e comerciante - dono do bar, loja etc. (39%)”. Com relação aos trabalhadores informais, mais da metade (56%) tiveram perda de rendimento em torno de (36%).

Tomando os impactos da pandemia sobre o lazer como direito social, diante da incontornável intersectorialidade característica desse complexo, devemos remeter, a exemplo do que fizemos com o mundo do trabalho, a seu passado mais recente.

Como vimos, o “espírito do momento” sobre o orçamento são os cortes naquela fração dedicada às políticas sociais, em detrimento do fiel pagamento de juros e despesas da dívida, conforme definido na EC 95. Considerando os limites de espaço, discorreremos brevemente sobre alguns setores. No caso das políticas de trabalho, como as MP’s 927 e 936 que citamos anteriormente, identificamos o “tempo livre” sob crescente ameaça, seja pelo avanço do desemprego ou pela precarização das relações de trabalho.

A importância dada à cultura no âmbito federal desde 2019 aparece em diversas frentes que revelam o “desmonte de políticas culturais construídas nas gestões anteriores, desde a redemocratização” (INSTITUTO IDEA, 2020): uma concepção reducionista que

---

<sup>24</sup> A informalidade atingiu 41,1% da força de trabalho, o equivalente a 38,4 milhões de pessoas, segundo Pnad Contínua do IBGE publicados em janeiro de 2020 (IBGE, 2020a).

a concebe como atração turística<sup>25</sup>. Outros elementos são: a sucessão de crises e vacâncias na chefia da secretaria (quatro secretários em um ano e meio); as inúmeras polêmicas que envolveram, além da Secretaria, a FUNARTE, ANCINE e a Fundação Palmares; a suspensão ou redução de projetos culturais que contavam com patrocínios de empresas estatais que foram revistos, reduzidos, suspensos, etc.

Nas políticas voltadas ao esporte os cortes apresentaram uma crescente desde 2017 (FRIZZO, 2019). A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 previu uma diminuição de 87% nos recursos em relação ao ano anterior, enquanto a LOA 2019 indicou a redução de outros R\$ 478 milhões. No primeiro semestre de 2019, já sob o governo Bolsonaro foram cortados R\$ 619 milhões do Ministério da Cidadania, ao qual a Secretaria Especial do Esporte passou a se vincular<sup>26</sup>. Ao reduzir em mais da metade o número de servidores públicos que atuam na Secretaria ficou comprometida a fiscalização de projetos executados por prefeituras, ONGs e outras entidades esportivas.

Como pressupor o lazer como direito social diante de um projeto que objetiva a destruição de parte considerável dos direitos sociais? Em nossa opinião, isso só é possível na perspectiva do lazer como um “não-direito”, historicamente negado, seja pelo alcance limitado das políticas – focalistas e que induzem o avanço da mercantilização – ou mesmo pela falta de iniciativas. Senão, vejamos outros exemplos.

Diante do fechamento dos espaços públicos (parques, por exemplo) apareceram editais (METRÓPOLES, 2020) nos estados - RJ, SP, PA, AM etc.-, municípios, universidades, fundações privadas e ONGs voltado para atividades *online*. A contradição que salta aos olhos é: cerca de 70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet na pandemia (devido aos pacotes de dados limitados ou restrições de sinal nas periferias e

---

<sup>25</sup> O Ministério da Cultura foi extinto em janeiro de 2019 e passou à condição de Secretaria ligada ao Ministério do Turismo.

<sup>26</sup> Em janeiro de 2019 o Ministério do Esporte foi extinto e substituído pela Secretaria Especial do Esporte, dentro da estrutura do novo Ministério da Cidadania.

áreas rurais). Outras 42 milhões de pessoas nunca acessaram a rede. Mais uma vez, as filas na Caixa Econômica e a enorme dificuldade para conseguir o Auxílio Emergencial expõem as consequências da desigualdade social que é também digital no país (CUT, 2020a).

Tomemos outro fato. Já vivíamos um relativo distanciamento social no Brasil nas atividades de lazer pré-pandemia, obviamente que em outra proporção, produto da insegurança, da tendência ao consumo dos bens culturais em casa ou nos espaços do condomínio, ou mesmo - nesse caso, o “não-consumo” - consequência do desemprego, da miséria extrema, etc. De outro lado, a criminalização da pobreza também opera a muito nas atividades de lazer. Podemos afirmar que o controle sobre o que resta de “tempo livre” dos trabalhadores e de seus filhos permanece como elemento incontornável para a compreensão do lazer<sup>27</sup>. O caso dos bailes funks antes da pandemia e o exemplo da violência policial em Paraisópolis-SP (UOL, 2020c), que culminou na morte de 9 jovens, expressa a determinação do que - ou também para quem - deve ser *limitado* o “tempo livre”.

Mas afinal, o que é permitido? Um fato curioso nos chama atenção. Práticas de entretenimento e lazer controladas pelo grande capital contavam com a complacência antes da pandemia. O caso de um quiosque do *Mcdonalds* instalado num hipermercado também na periferia da cidade de São Paulo, convertido em espaço de encontro e espécie de “lazer noturno” era *liberado* (VEJA, 2020). Algo semelhante ocorria com os grandes empreendimentos em áreas de proteção ambiental (TERRA, 2020). Mais recentemente,

---

<sup>27</sup> Remetemos aqui às considerações feitas por Peixoto (2011, p. 344): “[...] o controle do tempo livre legalmente regulamentado, que viabiliza pela primeira vez na história uma possibilidade de atividade livre generalizada, deve, definitivamente, ser efetivado pela burguesia, seja pela delimitação das finalidades do tempo livre, finalidades limitadas aos interesses do desenvolvimento dos poderes da burguesia, seja pela determinação de uma diversidade de conteúdos fúteis que devem ocupar o tempo do trabalhador a fim de impedir (1) a atividade livre; (2) práticas que desgastem a força de trabalho impedindo-a de realizar-se no processo de produção emancipado.

durante pandemia, tivemos a reabertura em muitas cidades dos *shoppings*, retorno dos campeonatos de futebol mesmo diante da curva ascendente de mortes e contágios expondo, sobretudo, os trabalhadores mais precarizados ligados a estas atividades. Fica claro que quanto mais avançada as possibilidades de vinculação entre a forma-mercadoria e o lazer, maior a complacência.

Não podemos deixar de observar que a pandemia pôs a “economia do lazer” entre os setores mais atingidos. Pesquisas indicam que houve uma redução em 64% dos gastos com lazer (MONITOR MERCANTIL, 2020). Mas também nesse caso há muita desigualdade. Outros estudos indicam que em maio pequenas e médias empresas da área de arte, cultura, esporte e recreação tiveram queda de 77% na movimentação de seus trabalhadores (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Considerando o alcance das “fabriquetas de lazer” (MASCARENHAS, 2005) - pequenas e médias empresas, marcadas pela informalidade, sempre flertando com o encerramento de suas atividades - o impacto sobre os índices de desemprego no setor tende a ser considerável.

Em condição diametralmente oposta temos as experiências de lazer orientadas pela forma-mercadoria, sobretudo, aquelas intermediadas pelas grandes corporações transnacionais, que de antemão pressupõem uma massa de “não-consumidores” - incapazes de acessar pela compra - e que também são as que tendem a gerar menos empregos, devido aos investimentos em tecnologia (trabalho vivo x trabalho morto).

A gama de atividades é gigantesca. Faremos um recorte daquelas que mais se fortaleceram durante a pandemia e que, principalmente, são intermediadas de alguma forma pelas grandes corporações. Outra característica que destacamos é a forte conexão com o *boom* do comércio digital (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020) e que, novamente, dispensa enormemente o trabalho vivo. É o caso da experiência gastronômica que deixa de se dar diretamente nos restaurantes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020a) e passa a se



dar “na casa” por meio dos aplicativos de entrega (*Rappi, Ifood, UberEats* etc.). O acesso ao objeto literário, que sai das livrarias físicas, ponto de encontro e debate, para as grandes empresas de comércio digital, a qual o caso *Amazon* - que tem no seu proprietário, Jeff Bezos, o homem mais rico do mundo atualmente -, é emblemático. A experiência audiovisual, já há muito dominada pelas grandes corporações, cede espaço para o *streaming*, a experiência sob demanda em casa (*Netflix* e *Spotify*), ou ainda mais recentemente, o cinema e espetáculos *drive-in*, que pressupõe o automóvel para o acesso (G1, 2020a). Os espetáculos esportivos, que de longa data convertem o público dos estádios em telespectadores (*pay-per-view*). Os espetáculos artísticos transmitidos por plataformas digitais no formato de *lives* (*Youtube, Facebook*, etc.). A indústria dos *games*, que no caso dos *eSports*, chegaram a mobilizar 1,7 milhão de espectadores numa única transmissão (UOL, 2020d). O bate-papo com os amigos, o encontro com a família, intermediado pelas redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea (*Facebook* e *WhatsApp*).

Paralelamente ao avanço daquelas “possibilidades para alguns” de lazer durante a pandemia se destaca o estímulo exacerbado, nos meios de comunicação, quanto a forma de ocupação do tempo, espécie de *tutorial impositivo* para a diversão, o entretenimento, a adoção de hobbies, etc. Tomando como pressupostos inquestionáveis a ansiedade e o tédio decorrentes dos meses de “isolamento social”, são apresentadas “21 ideias sobre o que fazer em casa na quarentena?”, por exemplo (FOLHA DIRIGIDA, 2020). Veja shows, faça cursos online, visite museu, faça uma aula de dança, leia livros (lista sugestões), palavras cruzadas, exercite-se, limpe seus pensamentos, cozinhe, fique em dia com as séries, passe mais tempo com seu bichinho de estimação, *live* com os amigos, aprenda a meditar, cuide das plantas, limpe a memória do seu celular, etc. A lista é inacreditavelmente infindável...

Para finalizar, nos limitamos a pontuar o caso do turismo, objeto que demanda uma análise que não teremos condição de desenvolver nesse espaço. De um lado há a expansão da digitalização de acervos de museus, monumentos e a possibilidade das visitas virtuais - aspecto que esbarra novamente nas limitações de acesso à *internet*. De outro, temos uma crise de proporções gigantescas num setor que compreende mais de 10% do PIB mundial (TERRA, 2020a), que abarca transporte (aéreo, terrestre, etc.), hotéis, empresas de turismo e todos os profissionais envolvidos.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), estima que a pandemia produziu um impacto entre US\$ 910 bilhões e US\$ 1,2 trilhão, o que representa uma retração de quase 80% do setor. Isso coloca em risco cerca de 100 e 120 milhões de empregos no mundo. Diante das indefinições que envolvem o atual contexto, a expectativa é de recuperação só em 2023 (G1, 2020b). Só no Brasil houve queda em abril de 54% no setor (VALOR, 2020a) que é responsável por quase 8% do PIB. Se considerarmos tudo o que foi dito referente a perda de renda, antecipação de férias e feriados o cenário futuro não se mostra nada otimista. Quando lembramos que muitas cidades do país dependem quase totalmente da “economia do turismo” e lembramos a condição de trabalhadores como os do setor de hotelaria, marcados pela sazonalidade, intermitência e terceirização (SATO *et al.*, 2013), vemos ser escrita mais uma importante página da tragédia brasileira.

### **Considerações Finais**

A perspectiva de que a pandemia não seja sazonal e de uma segunda onda, infelizmente é acompanhada da possibilidade de que não tenhamos vacina para todos num breve espaço de tempo. Isso amplia o desafio de extrair lições do que vivemos até aqui.

Resumidamente, o que podemos chamar de expansão do processo de *uberização* do trabalho, sintetiza a exigência do capital pela maior flexibilidade possível do

trabalhador: sem jornadas pré-determinadas, espaço laboral definido, remuneração fixa ou direitos, sequer o de organização sindical.

A implosão das fronteiras entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, agora potencializado pelo trabalho online ou teletrabalho, proporciona uma modalidade que combina o “mundo digital” com a sujeição completa ao ideário e a pragmática das corporações. Como essa lógica é fortemente destrutiva o léxico corporativo busca amenizar o caráter desumanizante. São expressões desse vocabulário: colaboradores, parceiros, sinergia, resiliência, sustentabilidade, responsabilidade social, etc. (ANTUNES, 2018). Trata-se de uma “plethora de valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado” que compõe o conjunto de inovações sociometabólicas do “novo” complexo de reestruturação produtiva. (ALVES, 2011, p. 90).

Supostas vantagens, como a economia de tempo com deslocamentos, velam sua verdadeira face coletiva que é de perda de direitos. A consequência disso é que tempo livre, ócio, turismo, lazer, embora componham o vocabulário dos trabalhadores, estão cada vez mais distantes de sua realidade. A pesquisa *Práticas de lazer no Brasil...* (UVINHA *et al.*, 2017) já observava essa característica antes da pandemia. Agora, sob os efeitos de um novo patamar da crise, essa característica tende para a generalização. O que não quer dizer que não possam existir indivíduos que ainda disponham de fronteiras *no* e *fora* do trabalho mais ou menos claras, mas que estes tendem a ser a menor parte. Do ponto de vista do impacto sobre os trabalhadores do lazer, temos boas razões para acreditar que a precarização só irá avançar.

Embora resultado de mais de dois séculos de enfrentamentos entre capital e trabalho, o "tempo livre" parece aos novos trabalhadores um “privilegio” do passado. Tendem a não terem acesso "tempo livre" do final do dia, fim de semana, fim de ano (férias) e final da vida (aposentadoria), mas um "tempo livre" caracterizado por ser cada

vez mais curto, descontínuo, incerto ou inexistente (MASCARENHAS, 2005). O “choque geracional” decorrente desse processo merece ser investigado.

Infelizmente, permanecem raras as iniciativas de reflexão crítica dos impactos das crises do capital desde o último quartel do século XX nos estudos do lazer. É fundamental que a pandemia impulse outros pesquisadores a buscarem as causas do que temos vivido nas características intrínsecas do próprio modo de produção. Do contrário, é muito provável que ressurgam interpretações idealistas que celebram a possibilidade de uma “sociedade do lazer” sob os domínios do capital.

Partindo da pertinente observação de Virgínia Fontes (2010), de que uma dada crise social exacerba contradições que tanto podem impulsionar a luta, como suscitar contratendências para freá-las ou impedi-las, gostaríamos de concluir com alguns apontamentos. Assumindo que o desafio da investigação teórica - sobretudo no “calor do momento” - é captar no movimento contraditório do real, as rupturas e continuidades para identificar as tendências, apresentamos um conjunto de considerações para o desenvolvimento dos estudos do lazer em tempos tão sombrios:

- a) as teses acerca da perda da centralidade da categoria trabalho, bem como do seu significado para o processo de sociabilidade contemporânea não se confirmaram, aliás se mostraram equivocadas há anos, bem como as teses derivadas que vislumbravam a “civilização do lazer e do tempo livre”;
- b) a urgência em manter uma pretensa, embora impossível, normalidade diante da pandemia, transpondo para casa a complexidade das relações do mundo do trabalho e garantir a produtividade do indivíduo a todo custo, refletem, na verdade, a tendência para a disponibilidade perpétua para o labor;
- c) é totalmente equivocada a ideia de que a inserção da tecnologia no trabalho se dá com o intuito de que o indivíduo tenha mais tempo para desfrutar de momentos de não-trabalho

e o fato disso ser possível para alguns pouquíssimos indivíduos não se reflete numa tendência para o conjunto da classe;

**d)** a pandemia por si só não provocou e não vai provocar uma mudança substantiva na sociabilidade sob o capital ou desencadear uma mudança de consciência espontaneamente - aqui reivindicamos a necessidade do sujeito político consciente: partido e organismos de classe que detenham clareza estratégica quanto a suas tarefas históricas revolucionárias;

**e)** aventamos a possibilidade de que o aprofundamento das tensões entre capital e trabalho - pelo próprio impulso da sobrevivência do segundo elemento - resultem em futuras explosões sociais, considerando os processos que já se desenvolviam antes da pandemia - os levantes pela América Latina (Chile, Equador, Colômbia, Bolívia) e pelo Mundo (EUA – George Floyd, Líbano etc.) -, e as iniciativas de luta desencadeadas no Brasil, apesar dos riscos de contaminação: greve dos entregadores, torcedores antifascistas, categorias que fizeram greves contra demissões e cortes durante a pandemia, com os operários da *Renault*, os metroviários de São Paulo ou que entraram em greve contra o retorno de atividades presenciais, como os professores do Rio de Janeiro, etc.;

**f)** o lazer, apesar de todo peso de uma sociedade ideologizada pelo consumo e a tendência à expansão da forma-mercadoria, é atravessado por importantes contradições, inclusive, compreende um tempo e espaço para se problematizar os limites da liberdade nessa sociedade: é espaço e tempo para a organização política (por dentro do sistema, contra o sistema), para apropriação do patrimônio cultural historicamente acumulado, agora de alcance potencializado - embora negado - pelo acesso às tecnologias digitais.

**g)** não só é possível outra forma de organizar a sociedade, como é ainda mais necessário, como demonstram a crise ambiental e suas mais recentes implicações. “Socialismo ou barbárie... se tivermos sorte!”, como dizia Mészáros; o capitalismo que produz tanta

miséria para os que produzem, criou também as condições para que os trabalhadores organizem a sociedade num patamar superior, voltado às necessidades sociais e isso envolve, necessariamente, o problema da distribuição e organização do tempo de trabalho e do *tempo disponível* para todos.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Lazer, hotéis e escritórios são os setores mais afetados por pandemia.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/lazer-hoteis-e-escritorios-sao-os-setores-mais-afetados-por-pandemia>. Acesso em: 07 ago 2020.

ALVES, G. **O Duplo Negativo do Capital.** Uma Interpretação da Crise do Capitalismo Global. São Paulo: Praxis, 2018.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

AUDITORIA CIDADÃ. **Pressa para aprovar o golpe de trilhões gerou texto inconstitucional.** Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/pressa-para-aprovar-o-golpe-de-trilhoes-gerou-texto-inconstitucional/>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 6.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 mar. 2020.

BRAZ, M.; NETTO, J. P. **Economia política:** uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CÂMARA. **O curto caminho de volta ao Mapa da Fome.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/o-curto-caminho-de-volta-ao-mapa-da-fome>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CHILDE, G. V. **A Evolução Cultural do Homem.** 4. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

CUT. **Teletrabalho se consolida em gangorra emocional trazida pela pandemia.** Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/teletrabalho-se-consolida-em-gangorra-emocional-trazida-pela-pandemia-38d0>. Acesso em: 10 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Com plano genocida de Bolsonaro, pobre tem de ter internet para conseguir auxílios.** Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/com-plano-genocida-de-bolsonaro-pobre-tem-de-ter-internet-para-conseguir-auxilio-a0f6> Acesso em: 07 ago. 2020a.

DEUTSCHE WELLE. **Brasil é epicentro emergente de fome extrema, diz relatório.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/09/brasil-e-epicentro-emergente-de-fome-extrema-na-pandemia-diz-relatorio.htm>. Acesso em: 07 ago. 2020.

DIEESE. **Nota técnica:** O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda diante dos impactos da Covid-19. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec232ProgramaEmergencialGoverno.html>. Acesso em: 09 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Nota técnica 212. Salário Mínimo: pela manutenção da valorização.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.html>. Acesso em: 09 ago. 2020a.

\_\_\_\_\_. **Boletim número 15.** Primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta15.html>. Acesso em: 21 ago. 2020b.

DOBSON, P. D. *et al.* **Ecology and economics for pandemic prevention.** Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/369/6502/379>. Acesso em: 7 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Fábricas de eletrodomésticos e eletrônicos criam lojas virtuais.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/fabricas-de-elerodomesticos-e-eletronicos-criam-lojas-virtuais.shtml>. Acesso em: 07 ago 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Movimento cai em restaurantes de bairros comerciais de SP.** Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/07/movimento-cai-em-restaurantes-de-bairros-comerciais-de-sp.shtml>. Acesso em: 07 ago 2020a.

FOLHA DIRIGIDA. **21 ideias sobre o que fazer em casa na quarentena.** Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/blog/o-que-fazer-em-casa-quarentena/>. Acesso em: 21 ago 2020.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. **O protofascismo** – arranjo institucional e policialização da existência. Disponível em: [http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia\\_Fontes/artigos/O-protofascismo-arranjo-institucional-e-policializacao-da-existencia.pdf](http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/artigos/O-protofascismo-arranjo-institucional-e-policializacao-da-existencia.pdf). Acesso em: 21 ago 2020.

FRIZZO, G. F. E. Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 31, n. 60, p. 01-15, outubro/dezembro, 2019.

**G1. Patrimônio dos super-ricos brasileiros cresce U\$34 bilhões durante a pandemia, diz Oxfam.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2020.

**G1. Cinemas drive-in viram opção de lazer durante pandemia de coronavírus em SP.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/12/cinemas-drive-in-viram-opcao-de-lazer-durante-pandemia-de-coronavirus-em-sp.ghtml>. Acesso em: 07 ago 2020a.

**G1. Pandemia provoca perdas de US\$ 320 bilhões para turismo mundial entre janeiro e maio.** Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2020/07/28/pandemia-provoca-perdas-de-us-320-bilhoes-para-turismo-mundial-entre-janeiro-e-maio.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2020b.

GODEIRO, N.; SOARES, J. R. **Neodesenvolvimentismo ou neocolonialismo:** sobre o mito do Brasil imperialista. São Paulo: Sundermann, 2016.

IBGE. **Desemprego.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 7 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>. Acesso em: 22 ago. 2020a.

IG. **Sindicato vai denunciar organização do Lollapalooza por trabalho escravo.** Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2019-04-08/sindicato-vai-denunciar-organizacao-do-lollapalooza-por-trabalho-escravo.html>. Acesso em: 07 ago. 2020.

INSTITUTO IDEA. **Um balanço do primeiro ano e meio do Governo Bolsonaro na Cultura.** Disponível em: <http://institutodea.com/artigo/um-balanco-do-primeiro-ano-e-meio-do-governo-bolsonaro-na-cultura/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio:** teses acerca da anatomia do lazer. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

METRÓPOLES. **Editais oferecem R\$ 9 milhões a artistas na pandemia.** Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/politica-cultural/editais-emergenciais-ajudam-artistas-durante-pandemia-veja-como-participar>. Acesso em: 07 ago. 2020.



MONITOR MERCANTIL. **Pandemia faz brasileiro reduzir em 64% gastos com lazer.** Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/pandemia-faz-brasileiro-reduzir-em-64-gastos-com-lazer>. Acesso em: 07 ago. 2020.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, C. V. **Covid-19 se alastra em frigoríficos e põe brasileiros e imigrantes em risco.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/07/22/covid-19-se-alastra-em-frigorificos-e-poe-brasileiros-e-imigrantes.htm>. Acesso em: 01 ago. 2020.

NEGRÃO, I. **Proposta de auxílio emergencial para o esporte começa a tramitar no senado.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-em-campo/2020/08/04/proposta-de-auxilio-emergencial-para-o-esporte-comeca-a-tramitar-no-senado.htm>. Acesso em: 09 ago. 2020.

NETTO, J. P. A Ofensiva Neoliberal e seu Significado. In: NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

OIT. **World Employment and Social Outlook:** Trends 2016 International Labour Office – Geneva: ILO, ISBN 978-92-2-031407-4 (web pdf).

OLIVEIRA, B. A. **Subjetividade e lazer:** contribuições para uma análise crítica. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física. Universidade de Brasília, 2016.

PEIXOTO, E. M. M. Notas introdutórias sobre a teoria e as categorias centrais para a pesquisa da problemática do lazer. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 332-346, abr. 2011.

ROBERTS, M. **A World rate of profit a new approach.** Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/07/25/a-world-rate-of-profit-a-new-approach/>. Acesso em 30 jul. 2020.

ROBERTS, M. **A economia está em chamas.** O 0,1% deleita-se. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/a-economia-agoniza-o-01-toca-flauta/>. Acesso em: 15 jun. 2020a.

SATO, K. H.; MARTINS, T. S.; KATO, H. T.; MARTINS, R. R. R.; SILVA, E. E. O processo de terceirização de serviços hoteleiros: motivações e fundamentos teóricos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 7, n. 1, janeiro-abril, 2013.

TERRA. **Construção de resort ameaça comunidade e área de preservação em Maricá – RJ.** Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/construcao-de-resort-ameaca-comunidade-e-area-de-preservacao-em-marica-rj/>. Acesso em: 07 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Turismo já representa 10,4% no PIB mundial e está entre as tendências globais.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/turismo-ja-representa-104-no-pib-mundial-e-esta-entre-as-tendencias-globais,0af5f07d5dfd0e9adf5e4dbd2519c06a0ho42xe5.html>. Acesso em: 07 ago. 2020a.

**UOL. Com pandemia, país perde 1,2 milhão de empregos com carteira no 1º semestre.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/07/28/caged.htm>. Acesso em: 07 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Exploração sexual infantil no turismo brasileiro: como podemos combater?** Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/10/exploracao-sexual-infantil-no-turismo-brasileiro-como-podemos-combater.htm>. Acesso em: 07 ago. de 2020b.

\_\_\_\_\_. **O baile grita.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/paraisopolis-o-baile-grita-contr-a-violencia-policial/> Acesso em: 07 ago. 2020c.

\_\_\_\_\_. **Apagão no esporte.** Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/esporte/index.htm#page13>. Acesso em: 07 ago. de 2020d.

UVINHA, R. R., PEDRÃO, C. C., STOPPA, E. A. S., ISAYAMA, H. F. e OLIVEIRA, N. R. C. de. Leisure practices in Brazil: a national survey on education, income, and social class. **World Leisure Journal**, v. 59, n.4, p. 294-305, 2017.

**VALOR. 57 milhões podem cair na pobreza extrema no Brasil diz Banco Mundial.** Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/16/sem-ajuda-57-milhoes-podem-cair-na-pobreza-extrema-no-brasil-diz-banco-mundial.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Turismo tem queda recorde de 54,5% em abril, aponta IBGE.** Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/17/turismo-tem-queda-recorde-de-545percent-em-abril-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2020a.

**VEJA. McDonald's chega a bairro no extremo Leste de SP e moradores fazem fila.** Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/comida-bebida/mcdonalds-cidade-tiradentes/> Acesso em: 07 ago. 2020.

**WHO. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020.** Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 21 ago. 2020.

#### **Endereço dos/as Autores/as:**

Bruno Assis de Oliveira  
Rua Quinze de Agosto, 80, apto. 63  
São Bernardo do Campo – SP – 09.721-110  
Endereço eletrônico: br.olivei@gmail.com

Mariana Lopes Custodio  
Quadra 205 lote 07 bloco B ap. 1101 Edifício Beija Flor – Águas Claras  
Brasília – DF – 71.925-000  
Endereço eletrônico: marilopes.scs@gmail.com

Edson Marcelo Hungaro  
Quadra SQN 214 Bloco H apto. 601 – Asa Norte  
Brasília – DF – 70.855-110  
Endereço eletrônico: marcelohungaro66@gmail.com